



Processo TC 03358/2023

Objeto: Prestação de Contas Anuais  
Jurisdicionado: Município de Marcação  
Exercício: 2022  
Responsável: Eliselma Silva de Oliveira  
Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão

Ementa: Poder Executivo Municipal. Administração Direta. **Município de Marcação**. Prestação de Contas da Prefeita Sra. **Eliselma Silva de Oliveira. Exercício 2022.** ORDENADORA DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIAÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93. **Julgar regulares com ressalvas as contas de Gestão da Prefeita. Declaração de atendimento parcial às exigências da LRF. Representação à Receita Federal para as providências a seu cargo. Outras Recomendações.**

## ACÓRDÃO APL TC 248/2024

### RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo de PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DA ORDENADORA DE DESPESAS DO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO, Sr<sup>a</sup>. **Eliselma Silva de Oliveira**, na qualidade de **PREFEITA**, exercício de 2022, Acordam os Conselheiros integrantes do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão plenária realizada nesta data, por unanimidade, acolhendo o voto do Relator, após a emissão de **Parecer favorável à aprovação** das contas, em:

- 1. Julgar regulares com ressalvas** das contas de **Gestão** da Chefe do Poder Executivo do Município de MARCAÇÃO, Sra. **Eliselma Silva de Oliveira**, na condição de ordenadora de despesas, relativas ao exercício de 2022;



Processo TC 03358/2023

2. **Declarar** que a mesma gestora, no exercício de 2022, atendeu parcialmente às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal,
3. **Recomendar** à atual gestão do Município de Marcação para que sejam tomadas medidas efetivas a fim de:
  - 3.1 **Observar** de forma estrita a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) no tocante ao equilíbrio das contas públicas e gastos com pessoal;
  - 3.2 **Adotar o critério da razoabilidade nas contratações por excecional interesse público**, uma vez que ditas contratações embora tenham previsão na Constituição Federal, devem ter caráter provisório e não permanente como são as contratações pela via do concurso público.
4. **Comunicar** ao gestor de que na hipótese da constatação da persistência das contratações temporárias em descompasso com os ditames constitucionais e legais aplicáveis à espécie, este fato repercutirá negativamente nas prestações de contas futuras e atrairá ao gestor responsabilização por atos lesivos ao erário público;
5. **Recomendar** o envio de Representação à Receita Federal do Brasil para as providências que entender pertinentes, inclusive para aferir com exatidão as importâncias devidas e eventuais encontradas, em face do suposto descumprimento ao estabelecido na Lei 8.212/91, acerca do recolhimento a menor de contribuição previdenciária do empregador ao RGPS.

Presente ao julgamento o Dr. Procurador Geral.

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE/PB – PLENÁRIO MINISTRO JOÃO AGRIPINO – Sessão Presencial e Remota.

João Pessoa, 12 de junho de 2024.

Assinado 1 de Julho de 2024 às 08:35



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 28 de Junho de 2024 às 08:53



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
RELATOR

Assinado 28 de Junho de 2024 às 17:20



**Marcílio Toscano Franca Filho**  
PROCURADOR(A) GERAL